

Reserva Extrativista como Alternativa para a Sustentabilidade Local: O Caso da Resex Marinha Maracanã – Pará.

Jeyza Lobato dos Santos*
Faculdade de Ciências Sociais, IFCH, UFPA.
Belém-Pa. jezlobato@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo trata da reserva extrativista como um caminho alternativo na busca pela sustentabilidade. Esse trabalho concentra-se na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã - Pará, em suas especificidades e sua organização (regras, limites, controle, entre outros fatores). O estudo está pautado em três das setenta e cinco comunidades ribeirinhas que compõem a resex. Além da pesca, atividade principal da população local, há a presença de outras atividades como complementação da renda familiar.

INTRODUÇÃO

A concepção de reserva extrativista surgiu no final da década de 1980, em decorrência de conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia em relação às terras historicamente habitadas por populações tradicionais. O movimento social dos seringueiros denunciou muitas práticas predadoras do ambiente natural, como o desmatamento e a especulação fundiária, e de injustiças sociais.

O destaque recebido pelo movimento dos “povos da floresta”, somado às pressões internacionais, pode ser apontado como fator que contribuiu para a elaboração de muitos estudos sobre esta categoria na Amazônia e para que fosse criado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (portaria nº. 22/92) o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, cuja missão é: “executar políticas de uso sustentável dos recursos naturais, tendo as reservas extrativistas como referência e, por princípio, a gestão comunitária”. (IBAMA, 2001). Hoje, com o Decreto Nº. 6.100, de 27 de abril de 2007, Medida Provisória Nº. 366 de 26 de abril de 2007, está criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, passando assim à responsabilidade deste as questões relacionadas às Unidades de Conservação.

* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, ênfase em Sociologia.

Destinadas a serem áreas de exploração sustentável e conservação dos recursos naturais por população extrativista, as reservas extrativistas têm recebido atenção por tratar-se de uma categoria que une preocupações ambientalistas com as prerrogativas das comunidades extrativistas tradicionais.

As reservas extrativistas são áreas de domínio público e sendo assim, dependem de uma Concessão Real de Uso do Território destinado à reserva que é outorgada à comunidade, tendo em vista o agir coletivamente na busca dos interesses da coletividade. A comunidade outorgada passa a ser responsável pelo gerenciamento do território em conjunto com o IBAMA.

A temática da ação coletiva de Mancur Olson radica em afirmar que não existe uma continuidade do interesse individual e do interesse coletivo na hora de pretender explicar a produção de bens públicos coletivos, pois a ação egoísta é em si mesma o grande obstáculo da ação coletiva.

Diante da inserção de determinadas comunidades em Unidades de Conservação, esse trabalho concentra-se na Reserva Extrativista Marinha de Maracanã - Pa, em suas especificidades históricas e estratégias de organização para o monitoramento de seus espaços tradicionais de uso coletivo.

Esse trabalho, portanto, teve como objetivo geral, a partir das três comunidades, analisar de que forma a reserva extrativista contribui para a melhoria da qualidade do meio ambiente e proteção da reprodução do modo de vida da população de Maracanã - Pará. Especificamente, analisar a Reserva Extrativista de Maracanã – Pará enquanto atividade econômica sustentável; e os efeitos da inclusão da comunidade na gestão da reserva.

A METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo tem como proposta inicial a pesquisa bibliográfica e o levantamento histórico do local. A pesquisa se desenvolveu em três das setenta e cinco comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, através do levantamento de dados que foram coletadas dos diferentes atores sociais que participam da gestão da Reserva, assim como habitantes mais antigos, população 'comum' e a liderança local, tendo como instrumentos questionários e entrevista semi-estruturada.

A literatura consultada refere-se à questão do extrativismo na Amazônia (breve histórico), (Documentos do CNS, 1993); (Documentos do IBAMA, 1992); estendendo-se à ação coletiva e a gestão dos recursos naturais (Olson, 1998), (Hardin, 1968).

A pesquisa iniciou em julho de 2007. Neste primeiro momento, obtive informações primárias do presidente da Associação de Usuários de resex Marinha de Maracanã - Pa (AUREMAR), Manoel Carlos¹, o Carlinho, morador da comunidade de Bom Jesus, onde visitei as três comunidades que

me propus estudar, São Tomé, Aricurú e Quarenta de Mocooca. O objetivo da pesquisa foi obter informações gerais sobre a reserva e sua população.

Num segundo momento, em setembro de 2007, foram aplicados os questionários com a população local. As principais perguntas que nortearam a pesquisa eram: Qual era a situação antes da reserva e como é hoje após a criação dela? O que significa a reserva? Quais as regras de uso? Quais os benefícios obtidos com a reserva? As entrevistas e os questionários possibilitaram um estudo sobre o passado, o presente, e a visão para o futuro dos descendentes.

Na reserva marinha de Maracanã, a principal atividade é a extrativismo animal, peixes e crustáceos. Mas, além da pesca, há uma presença significativa de outras atividades, como a agricultura, a criação de animais e o turismo. No quadro a seguir apresento um descrito quantitativo dos questionários aplicados.

Comunidade	N.ºde Questionários
São Tomé	03
Aricurú	04
Quarenta de Mocooca	02
Bom Jesus	01
Total	10

Com as informações obtidas nas entrevistas e na observação, foram analisadas questões sobre extrativismo, pluriatividade, população tradicional e conservação da biodiversidade. Foi possível analisar a questão cultural, econômica e social da população.

ENFOQUE TEÓRICO

Segundo Weber (1984), “por ação entende-se um comportamento humano sempre que na medida em que agente ou os agentes o relacionam com um sentido subjetivo”. E, “ação social por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”. A ação social, como total ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins; 2) de modo racional referente a valores; 3) de modo afetivo; e 4) de modo tradicional.

Se a ação social refere-se a uma ação de um indivíduo em relação a outro ou outros, a ação coletiva refere-se à ação de um grupo em relação a um objetivo comum. A ação coletiva consiste na ação de um grupo para a produção ou para obtenção de um bem público ou coletivo. Agir coletivamente é cooperar em conjunto para se alcançar algo que é benefício para todos.

Segundo Olson (1998), não existe razão natural para que um bem público seja produzido, mesmo que se conseguisse mostrar que esse bem é do interesse de cada um dos membros da coletividade. O ponto de partida do pensamento de Olson consiste em rejeitar a idéia de que o

comportamento grupal é uma extensão do comportamento individual. Isto é, ainda que todos os indivíduos de um grupo grande sejam racionais, centrados em seu próprio interesse e saiam ganhando se agirem para obter seus objetivos comuns, eles não agirão voluntariamente para promover seus interesses grupais. A chave sutil de Olson está em tentar demonstrar que o comportamento de grandes grupos, sem incluir os pequenos, não é resultado de uma motivação espontânea em prol de atingir um bem que traga benefícios coletivos.

Mesmo que os membros de um grupo grande almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais, ao menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente. Isto é, ainda que todos os membros de uma coletividade tenham um interesse comum em alcançar determinado benefício, não existe um interesse comum que se refere a pagar o custo de fornecer tal benefício. (Olson, 1998).

Para o indivíduo racional, isto é, egoísta, a melhor opção é deixar que os demais paguem pelo bem enquanto ele tira vantagem dos esforços dos outros, sem dar a sua contribuição. O indivíduo estando certo de que não pode ser excluído dos benefícios de um bem coletivo, uma vez já adquirido, não se motiva a contribuir na busca desse bem. Este indivíduo, segundo Olson, é caracterizado como “free rider” ou seja, é um aproveitador.

Quem tem o poder e a autoridade para impor a coerção de que fala Olson, é o Estado em suas versões mais autoritárias. Outro autor que propõe a intervenção do Estado, é Hardin. Segundo ele, para se evitar a “tragédia dos bens comuns” propõe que os recursos comuns sejam privatizados ou mantidos como propriedade do Estado que definiria as regras de acesso e uso, e punições para quem infringir essas regras.

Olson (1998) e Hardin (1968) levantam uma série de perguntas que conduzem a uma profunda análise das condições em que é possível a ação cooperativa. Desconsideram que normas, valores ou padrões culturais podem gerar condições em que indivíduos participam de ações coletivas sem que seja necessário recorrer a sanções ou incentivos.

Deve-se admitir que na sociedade existe solidariedade e modos de intervenção normativas que sustentam a produção contínua de bens comuns. Em outras palavras, os indivíduos cooperam não só, porque existem formas de repressão externas, mas também porque internalizam em sua consciência o dever sob suas diferentes modalidades, seja como respeito à dignidade, como solidariedade. Nesta linha vai a sociologia do fato moral e de solidariedade social de Durkheim.

Os dois tipos de solidariedade, a mecânica e a orgânica, segundo Durkheim, são identificados como as duas fontes básicas da coesão. O primeiro tipo é a coesão que tem por base a cultura e estilo de vida comuns, o consenso sobre valores, normas e crenças resultantes de socialização e experiências também comuns. A solidariedade orgânica baseia-se em uma divisão do trabalho

complexo, na qual pessoas dependem umas das outras porque a especialização lhes tornou difícil sobreviver independentemente.

1. A Reserva Extrativista

O aspecto mais importante a analisar durante a recente evolução histórica do extrativismo é que a prática dos "empates" impeditivos dos desmatamentos serviu de substrato para o amadurecimento político e social dos extrativistas, pois exigia organização e coesão. Estas duas forças foram encontradas mediante o fortalecimento do sindicalismo em cujo seio, e diante da necessidade de manter a união, foi aceito e amadureceu o princípio da "concessão de uso coletiva".

Dentro das propostas aprovadas no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, surgiu uma que seria a alternativa econômica e ecológica para justificar a luta contra o desmatamento na Amazônia: a *reserva extrativista*. A proposta foi aprovada nos seguintes termos: "definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros"¹. Este pedido visava também solucionar a questão fundiária e proteger a floresta contra as ameaças dos desmatamentos, para implantar a exploração pecuária.

Este Encontro é o marco histórico para a oficialização do pedido da criação de "Reservas Extrativistas". É importante lembrar que em 1985, no Brasil estava sendo lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e todas as atenções da sociedade estavam voltadas para o tema. A proposta de criação das resex's, surgiu como a "Reforma Agrária" para os extrativistas, na medida em que a sua criação seria a legitimação da posse, e do reconhecimento do direito à terra.

O segundo grande objetivo das reservas extrativistas, a defesa do meio ambiente, estava implícito no primeiro, uma vez que a conquista da terra objetivava manter o extrativismo, e a manutenção do mesmo exigia o respeito à floresta e aos seus recursos.

Os movimentos sociais participaram desde o início na luta pela defesa do extrativismo e pela procura de soluções, inicialmente para a questão fundiária. Aos poucos, as reivindicações foram canalizadas através do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, criado em 1985. O CNS além de continuar insistindo na criação de Reservas Extrativistas como forma de fazer Reforma Agrária para os extrativistas, passou a defender as reservas como "espaços territoriais destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis".

Esta foi uma nova conquista, pois os extrativistas passaram a melhor entender e defender o cunho ecológico da proposta. Pode-se dizer que a "práxis" passou a ser teorizada pelas próprias bases.

O Governo Federal também avançou, mediante a legitimação da Reserva Extrativista no âmbito

¹ Item 4 na relação de propostas referentes à Reforma Agrária, aprovada no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros.

da política nacional do meio ambiente, possibilitando sua criação a partir da Lei N° 7.804, de 18 de julho de 1989, e regulamentando-a através do Decreto N° 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

2. Reserva Extrativista Marinha Maracanã – Pará

O município de Maracanã está localizado no Nordeste do Estado do Pará, a 170 quilômetros da capital, fundado em 1653, com a chegada do padre Antônio Vieira no Pará, que veio em missão à aldeia dos índios Maracanãs. Considerada de pequeno porte, com apenas 28.296 habitantes (IBGE, Censo 2007), Maracanã possui: escolas de ensino fundamental e médio, unidade hospitalar (um hospital público e 16 unidades de saúde), telefonia pública e particular, captação de água e linha diária de ônibus coletivos para a população.

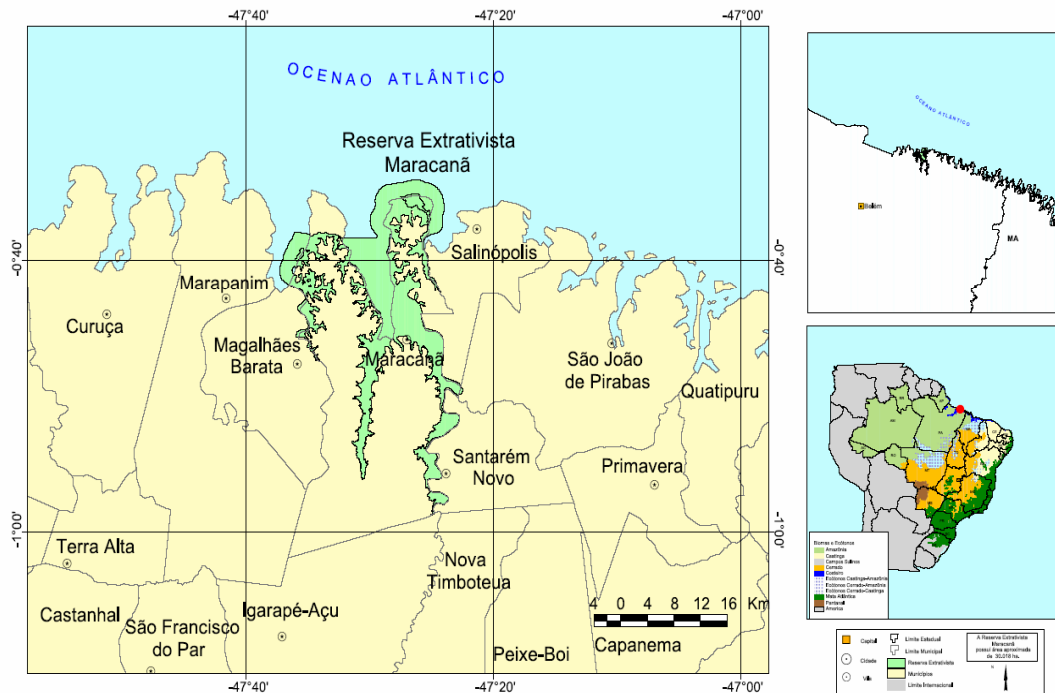
As festas são de cunho religioso, os habitantes têm a tradição de festejos dos santos São Miguel Arcanjo, no período de 19 a 27 de setembro, Nossa Senhora de Nazaré (Círio no 2º domingo de novembro), São Benedito, de 26 a 28 de dezembro, quando são realizadas procissões, arraial e novenas. A dança do carimbó e boi-bumbá são celebrados no mês de junho por ocasião das festas juninas.

A alimentação consumida nessa comunidade é o peixes, mariscos, farinha de mandioca, feijão, arroz, galinha, pato, entre outros. Os vegetais são muito utilizados na medicina caseira. As mais conhecidas são: manjeriço, anador, mastruz, amor crescido, boldo, hortelanzinho, limão, mel, raiz do mangue, casca de laranja, verônica, óleo de castanha, andiroba, casca da árvore de taperebá, botão da flor do cajueiro, casca da árvore da goiabeira, casca da árvore da copaíba, pimenta do reino entre outros.

No seu artesanato destacam-se as construções de embarcações de pesca e os instrumentos de captura de pescado. O município de maracanã destaca-se na produção do pescado, com vendas de produto fresco e salgado, quase sempre de modo artesanal e empírico.

A maioria das comunidades tradicionais dessa região mantêm-se da exploração de recursos da biodiversidade. Diante disso, a importância de uma proteção ambiental aplicada a esses recursos que são hoje gerenciados através da reserva. Os ecossistemas costeiros estão resguardados pela legislação ambiental por serem área de preservação permanente.

A Reserva Extrativista Marinha Maracanã - Pará é uma área de mais de 30 mil hectares, está localizada no Município de Maracanã. A vegetação é mata de terra firme, florestas secundárias, vegetação de várzea e manguezais. A resex é composta por 75 comunidades de ribeirinhos banhadas pelos rios Marapanim, Cuinarana, Maracanã, Caripí e a Baía de Maracanã. Habitam na reserva 1500 famílias, sendo mais de 5 mil usuários que vivem e sobrevivem dos recursos naturais como peixes e crustáceos, explorados na área de mangue.



Fonte: MMA/IBAMA/CNPT

A reserva é utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

No ano de 2002 foi importante para o município de Maracanã tendo em vista a criação da resex e o reconhecimento oficial de seus habitantes como população tradicional, o que lhes garante constitucionalmente o acesso ao território ocupado.

A Resex Marinha Maracanã foi criada pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002, tendo como objetivo “assegurar o uso sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (Art. 1º).

Os cinco mil usuários da Reserva são representados pela Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (AUREMAR), com sede no próprio município, além do Conselho Deliberativo, e da Comissão de Proteção da Reserva, formada por representantes dos usuários da reserva, indicados por suas comunidades e aprovados pela AUREMAR. São estes, os responsáveis pela execução do Plano de Utilização.

Em cada comunidade há de um a dois ‘delegados’, líderes locais que representam os moradores. Sua função é conscientizar a população local, orientar os usuários quanto à conservação, e fiscalizar. Como consta no Plano, todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores, são responsáveis pelo Plano, e o não cumprimento deste, resulta nas penalidades estabelecidas.

Além do IBAMA/CNPT, existem outras instituições envolvidas, como é o caso do INCRA e o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA²). Através de programa do INCRA, os pescadores foram contemplados com doações de materiais de pesca (motor para canoa, redes, anzol, etc.).

‘Os pescadores não tinham como adquirir materiais de pesca, mas hoje, com a reserva, eles são atendidos com benefícios do governo, como doação de canoa, motor e a construção das casas’ (dona Maria Irinelles, delegada de Aricurú).

A reserva conta também com um programa ‘Crédito Apoio/Habitação’ - que consiste na construção de casas de alvenaria (7x6) para os usuários da resex. Em Aricurú, por exemplo, no momento da pesquisa, realizada em setembro/2007, estava sendo construídas 16 casa, num primeiro momento. Posteriormente, mais 13 famílias seriam atendidas. Outro exemplo, é Quarenta de Mocooca, 12 casas em construção. Segundo o presidente da associação, há mais 240 famílias cadastradas que aguardam para serem atendidas pelo Programa.

A instituição da reserva pelo poder público, ao regulamentar o uso costeiro através da organização das populações de pescadores artesanais das diversas comunidades contempladas, delimitou as áreas até então consideradas de livre acesso. Tais medidas transformaram, através de arranjos de direito de propriedade, os territórios marítimos demarcados em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária, excluindo os não comunitários do aproveitamento dos recursos dos rios dessas áreas.

A limitação da área da reserva extrativista é feita por placas e marcos físicos (recurso do ARPA). O território marinho delimitado pela reserva reconhece o direito consuetudinário dos pescadores artesanais ao acesso e uso comum dos recursos pesqueiros existentes nestes limites. Por sua vez, a garantia desse direito pode acenar para consolidar de uma forma exclusiva para o manejo e preservação do ambiente natural. A reserva tem seu *Plano de Utilização* implementado (aprovado em 08 de dezembro de 2005), e encontra-se em processo de *Concessão Real de Uso*.

2.1. O Extrativismo e a Pluriatividade

Remonta ao início do século XX a discussão em torno de termos como agricultores em tempo parcial, atividades não-agrícolas no meio rural, empregos múltiplos, fonte de renda diversificada e pluriatividade. No entanto, no Brasil, somente na década de 90 a temática suscitou o interesse dos pesquisadores.

Alguns autores consideram que a definição de pluriatividade inclui atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados, podendo incluir emprego em outros estabelecimentos agrícolas ou não. Para outros, o termo *pluriativo* deve ser usado para identificar os agricultores que exercem

²O Programa ARPA tem como objetivo proteger 50 milhões de hectares da Amazônia até 2012 e conta com um orçamento de US\$ 396 milhões. A resex de Maracanã é a única Reserva Marinha que está inserida neste Programa.

outras atividades remuneradas e para os quais a agricultura não é a principal atividade, seja em termos de tempo de trabalho ou renda.

Na minha opinião, o fundamental na pluriatividade é que a pessoa exerça outras atividades além da sua atividade principal, seja ela remunerada ou não. Assim como Del Grossi & Graziano da Silva escrevem, o conceito de pluriatividade:

”permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim, permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias”. (Del Grossi & Graziano da Silva, 1998. p.26).

A pluriatividade pode apresentar uma estratégia de sobrevivência familiar, como no caso da resex estudada. A análise da pluriatividade deve contemplar não apenas a unidade produtiva, mas também o contexto, pois a ocorrência dela é uma resposta que as famílias procuram dar a mudanças das circunstâncias tanto econômicas quanto social. Hoje, muitas vezes, dentro e fora de sua propriedade, o agricultor vem desenvolvendo outras atividades.

A população que vive do extrativismo e de outras atividades tem sua forma particular de vida e produção e, dependendo dos fatores externos, tem a capacidade de elaborar estratégias para garantir a sobrevivência da família. A família é o espaço em que são tomadas as decisões relativas a essas estratégias de sobrevivência.

Entre a população estudada, é comum a prática de atividades, como: a agricultura, a criação de animais de pequeno porte, o turismo (transporte de passageiros), e o comércio (Quadro 1). Verifica-se que 56% das famílias vivem da principal atividade, a pesca. Mas, é bem significativa a presença de outras atividades, como a agricultura (20%).

Quadro 1: Atividades praticadas por famílias residentes em três comunidades da Reserva Extrativista Marinha Maracanã - Pa.

Atividades	Famílias	
	Quantidade	%
Pesca (Peixe e Crustáceo)	9	56
Agricultura	3	20
Criação de animais	2	9
Turismo (transporte de passageiros)	2	9
Comércio	1	7

Fonte: Entrevistas feitas com as famílias nas comunidades de São Tomé, Aricurú e Quarenta de Mocooca, Maracanã - Pa.

A predisposição dos extrativistas para trabalharem em outras atividades, à medida que os recursos obtidos no extrativismo são insuficientes para manter o consumo mínimo da família. As

famílias, tanto plantam e criam animais para complementar o consumo, quanto encontram a necessidade de praticar outras atividades, pelo fato da pesca ter seu período de entressafra, onde o faturamento é bem menor que no da safra. Convém observar os níveis de renda provenientes das atividades praticadas nas comunidades de Maracanã (Quadro 2). No entanto, ainda assim, a pesca é considerada como a principal atividade na unidade familiar.

Quadro 2: Renda provenientes das atividades praticadas na Reserva Extrativista Marinha Maracanã – Pará.

Atividades	Famílias	
	%	Valor (R\$)
Pesca (Peixe)	47	De 150 a 300 por maré
Pesca (Caranguejo)	9	De 20 a 25 por encomenda
Agricultura	20	De 200 a 3.070 anual
Criação de animais	9	-
Turismo (transporte de passageiros)	9	De 5 a 60 por viagem
Comércio	7	Aprox. 145 mensal

Fonte: Entrevistas feitas com as famílias nas comunidades de São Tomé, Aricurú e Quarenta de Mocooca, Maracanã - Pa.

2.1.1. Agricultura

Nas comunidades estudadas se planta e colhe, feijão, arroz, milho, mandioca e macaxeira. Sendo estes produzidos tanto para o comércio quanto para o próprio consumo, com exceção da macaxeira que sua produção é exclusivamente para o consumo.

A mandioca e a macaxeira são colhidas anualmente (plantio em janeiro, colheita em janeiro do ano seguinte). A macaxeira tem uma produção de 10 latas de 15 kg por ano. A mandioca é colhida anualmente 100 sacas de 60 kg ao ano, onde 60% da produção é destinada ao comércio e 40% ao consumo. A farinha de mandioca é vendida por R\$ 0,70 o quilo, sendo 3.600kg. O produtor fatura R\$ 2.520,00 pela produção.

O feijão tem o período de plantio e colheita de 90 a 100 dias (plantio em julho, colheita em setembro). O produtor colhe 20 sacas de 60 kg, sendo a metade destinada ao comércio. Cada saca é vendida a R\$ 40,00. O milho e o arroz são plantados e colhidos no mesmo período, janeiro e abril, respectivamente. Assim como o feijão, o milho e o arroz são colhidos 20 sacas de 60 kg, 50% é comercializado.

Além destes, há o extrativismo do açaí, da mangaba, do bacuri, etc., mas não foi dada muita ênfase a esses produtos pelos entrevistados.

2.1.2. Comércio

O comércio é outra atividade presente na resex, apesar de pouco. Nestas mercearias vende-se açúcar, enlatados, bolachas, pães, etc. O senhor Raimundo dos Santos, o Mundinho, além de

pescador, agricultor, possui uma mercearia, onde complementa sua renda. Ele compra as mercadorias a prazo (de 30 dias), e fatura 10 % a cima do valor.

2.1.3. Criação de Animais

A criação de animais de pequeno porte como, galinhas, patos e porcos está presente, cuja finalidade é a subsistência da família, o consumo próprio.

2.1.4. Turismo

A comunidade Quarenta de Mocooca recebe constantemente turistas, devido a proximidade de praias como Fortalezinha e Algodoal. A principal atividade relacionada ao turismo é a travessia (transporte de passageiros). O barqueiro atravessa passageiros de São Tomé para Maracanã e vice-versa; de Maracanã para Quarenta de Mocooca; de Quarenta de Mocooca para Algodoal. Essa atividade é mais intensa no período das férias de julho, onde a comunidade recebe veranistas de Belém, Igarapé-Açú, Castanhal, entre outras localidades.

Há custos com diesel em cada uma das viagens. De São Tomé para Maracanã, por exemplo, o barqueiro tem um gasto de R\$ 5,00 por viagem, e um faturamento de R\$ R\$ 1,00 por pessoa (podendo transportar no máximo 25 pessoas/viagem). De Quarenta de Mocooca para Algodoal, o custo é maior, de R\$ 15,00 por viagem, faturando R\$ 60,00 o frete com 25 passageiros.

2.1.5. Pesca

A prática de pescar caranguejo está presente nas comunidades de Maracanã. As embarcações a remo, a vela e motorizadas também são utilizadas pelos caranguejeiros, além de se deslocarem para o local de trabalho de bicicletas ou a pé. Segundo o Estudo Socioeconômico do CNPT (2000), 72,3% usam o gancho/anzol (ferro em forma de anzol na ponta de uma vara de madeira), e 26,9% utilizam unicamente o braço (técnica utilizada de forma tradicional que consiste enfiar o braço na toca até alcançar o caranguejo, puxando-o para fora).

O caranguejo é pescado também sob encomenda, em geral essa encomenda é feita por pessoas 'de fora', tanto de Maracanã quanto turistas. O caranguejo é vendido por R\$ 0,20 ou R\$ 0,25 a unidade. Além, dessa finalidade, o morador pesca para o próprio consumo.

A produção de pesca, na maioria das comunidades, demonstra que este setor tem maior potencial de produção. Constata-se que a atividade pesqueira para estas pessoas começa muito cedo, ainda quando crianças praticam o que na verdade é seu estágio para a vida profissional quando adultos. Segundo o Estudo Socioeconômico do CNPT (2000), sobre a principal atividade do setor pesqueiro, 51,2% são pescadores de peixe, seguido de pescadores de caranguejo, 35,8%, e 12,2% praticam as duas atividades de pesca (peixe/caranguejo). Além de peixe e caranguejo, com um percentual de 0,8%, tem outros tipos de coleta na área do mangue como: mexilhão, camarão, ostras, turu, etc.

Os aparelhos utilizados na pesca são: o barco à vela ou à motor, rede, linha, anzol, pulsar, curral, etc. Os pescadores que não possuem esses aparelhos, trabalham com material de terceiros. Neste caso, há duas formas de divisão da produção: 'de meio', que consiste na divisão em partes iguais quando a embarcação pertence a um dos pescadores e o material de pesca é do parceiro; e 'duas partes e meio', quando a embarcação e o material pertence a um dos pescadores e o parceiro empresta só a força de trabalho, ficando duas partes com o dono dos meios de produção (uma parte pelo material e outra pela sua própria força de trabalho), e a terceira parte para o parceiro de pesca. Essa forma de divisão também está presente entres os pescadores de caranguejo.

Os pescadores têm um gasto por viagem de até R\$ 40,00 em diesel. Além do gasto com diesel, há outros como: lubrificantes (R\$ 32,00 por mês), gelo (R\$ 10,00 a caixa – uma para cada 100 kg de pescado) quando o peixe precisa ser conservado para o dia seguinte, sal (R\$ 8,00 cada saca, sendo necessário aproximadamente 6 sacas por dia no período da safra), e gastos com a embarcação, o barco à vela, por exemplo, tem gastos para a manutenção, lona, verniz, tinta, breu, algodão (de 2 em 2 meses), e com a mão-de-obra (anual).

Segundo os pescadores, o período da safra vai de março a julho. Neste período se pesca até 3 toneladas de peixe, espécies como: dourada, gó, bandeirada, arraia, serra, roxinho, enxova, gurijuba, entre outras, pescando até 100 kg por maré (ou seja, por dia de pesca), tendo um faturamento de até R\$ 7,00 por quilo. Na safra, de 10% a 30% do pescado é destinado ao consumo. Todo peixe que é destinado ao comércio é vendido no Mercado de Peixe em Maracanã, para o que os moradores chamam de "marreteiro", ou seja, o atravessador, ou para o próprio revendedor que possui uma banca de pescado no mercado.

A entressafra tem um período de agosto a março. Neste período, os pescadores chegam a pescar de 5 a 10 kg por maré, destinando assim 100% para o consumo familiar.

Nessa área, a pluriatividade representa uma das estratégias que os grupos familiares elaboram para assegurar a permanência da família no seu espaço de origem e a sua reprodução, quando não é possível consegui-la somente com a pesca.

CONCLUSÕES

As Reservas Extrativistas como instrumento de controle dos espaços de uso comum, de modo geral, contribuem para melhoria e manutenção da qualidade e conservação do meio ambiente, além de proteger a reprodução do modo de vida das populações.

Este estudo concentrou-se em analisar as comunidades de Maracanã - Pa incluídas numa gestão de reserva extrativista. Esta inclusão garante o direito dos domínios tradicionais evitando a perda dos saberes locais ameaçados pela reorganização dos espaços, além dos próprios benefícios trazidos com ela. Segundo os moradores da resex Maracanã, a razão para a satisfação são esses

benefícios obtidos através dela, como a demarcação do limite da reserva e a criação de regras que foram estabelecidas com o objetivo de preservar o meio ambiente, que é a fonte de vida para a população local. Além de programas, como a doação de materiais de pesca, por exemplo, e o apoio à habitação.

A participação consiste no sentimento que as pessoas têm de pertencer a um determinado grupo, na ação de construir seu próprio futuro e decidir os próprios caminhos, no sentimento de realização pessoal decorrente da contribuição individual em benefício do coletivo. É importante o agir coletivamente para se obter benefícios para o grupo. Daí a relevância que tem a associação, pois dá maior força política aos membros da comunidade na tomada de decisão e na obtenção de bens. O fato de a população ter sido ou não preparada para esse tipo de gestão, e até que ponto os moradores da reserva de Maracanã conseguem gerenciá-la são questões que abrem espaço para uma outra discussão.

Os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito, não são apenas formas de exploração econômica dos recursos, mas revelam a existência de um conhecimento adquirido pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas naturais.

As reservas extrativistas, ao serem capazes de transmitir formas alternativas da lógica dominante de consumo e exploração, revelam-se institutos que podem contribuir positivamente na questão homem e meio ambiente. Não cabe aqui dizer que a reserva extrativista é ou não a solução para o conflito ambiental da Amazônia ou do Planeta. Mas, vale ressaltar sua importância na reprodução do modo de vida das populações locais, no reconhecimento do direito tradicional, e no sucesso da conservação do meio ambiente natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, R.; SILVA, V.; FIGOLS, F.; ANDRADE, D. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. In.: DIEGUES, A. (org.). Biodiversidade e Comunidades no Brasil. USP/MMA/CNPQ, São Paulo: 2000.

BERKES, F., FEENY, D., MCCAY B.J., ACHESON, J.M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, P.17-42. <original: 1990>

BRASIL, Presidência da República. Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. Decreto nº 6.100, de 27 de abril de 2007, Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. Poronga Comunicação e Editoração Ltda. Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia. Rio Branco, 1993. 52p.

DEL GROSSI, M. E. & SILVA, J. G. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 26-52. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/grazia11.htm#_ftn3>

Acesso em: 6/1/2008.

DIEGUES, A. C. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: Da crítica dos modernos aos novos paradigmas. São Paulo em perspectiva, n.º 1-2 jan/jun, 1992.

DIEGUES, A. C. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. In.: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (orgs). As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à interdisciplinaridade. APED E UFPA, 1993. p. 219-249.

DURKHEIM, É. As Regras do Método Sociológico. Trad: M^a Isaura P. de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DURKHEIM, É. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins, 1995.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. Science 162:1244-8, 1968.

IBGE. Censo 2007. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_5.pdf> Acesso em: 21 dez 2007.

MMA. Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) – lei nº. 9.985 de 18/07/2000 e decreto nº. 4.340/2002.

MMA/IBAMA/CNPT. Estudo socioeconômico e Laudo Biológico das Áreas de Manguezal do Município de Maracanã/PA. Outubro/2000. 53p.

OLSON, M. A Lógica da Ação Coletiva: bens públicos e teoria dos grupos. Trad. M.D.C.Guerreiro; M.L. Faria. Ver.Téc.P.T.Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998. 168p. <original: 1965>

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96p.

SOUZA, M. Breve História da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

WEBER, M. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura, 1984.